

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Catarinenses lotam audiências públicas sobre o Iprev

Eduardo Guedes de Oliveira



Florianópolis abriu, dia 14, o calendário de nove reuniões destinadas a debater o projeto que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina. Servidores públicos lotaram o Auditório Antonieta de Barros para discutir a proposta de origem do Executivo.

A segunda audiência foi realizada, dia 15, em São Miguel do Oeste, onde, mais uma vez, o público lotou o Ginásio de Esportes da Unoesc. No dia 16, foi a vez de Chapecó e Joaçaba esclarecerem as dúvidas em relação à mudança.

Para facilitar o entendimento da proposta, o público está recebendo, nas audiências, uma cartilha onde o governo reafirma que o novo regime não vai retirar nenhum direito dos segurados. A próxima reunião será, dia 28, em Criciúma.

No Auditório Antonieta de Barros, público acompanha discussão do projeto de lei complementar que tramita na Assembléia Legislativa

Páginas 4 e 5

Parlamento destaca 100 anos de Patrocínio Galotti

Eduardo Guedes de Oliveira



Sessão solene resgata trajetória vitoriosa de desembargador

Página 3

Paulo Konder Bornhausen recebe homenagem

Eduardo Guedes de Oliveira



Bornhausen ganha título de cidadão catarinense

Página 6

OPINIÃO

Insensatez

Todos nós que fazemos o Poder Legislativo catarinense – parlamentares, servidores e colaboradores – temos muito do que nos orgulhar, porque a Assembléia Legislativa de Santa Catarina é, como historicamente tem sido, um exemplo para os demais legislativos brasileiros. É referência em postura, ética, eficiência e trabalho e, por isso, sempre esteve fora do circuito de escândalos que volta-e-meia expõe outros parlamentos.

Essa merecida imagem, contudo, pode ser ameaçada não por um escândalo, que felizmente está fora do seu perfil, mas por um gesto de insensatez, que pode parecer pequeno, mas que se agiganta nas suas conseqüências. Falo da infeliz iniciativa do líder do PMDB de vetar todo e qualquer pedido de informações, por parte da oposição, como se esta atitude autoritária fosse a coisa mais banal do mundo.

A Constituição, que estabelece os direitos, deveres e limites de cada cidadão e dos segmentos so-

ciais, expressa o jogo democrático do Estado de Direito onde há a tese e a antítese (o contraditório) – traduzindo, em termos de Assembléia Legislativa, situação e oposição. Ambos são as duas faces da mesma moeda, constituindo o todo do processo democrático e assim têm de ser entendidos e respeitados.

O Regimento Interno desta Casa é claro quando configura o dispositivo constitucional referente às prerrogativas dos parlamentares em buscar as informações que necessita do Executivo. As manobras “espertas” para não dar vez à oposição estão muito longe do espírito do Regimento deste Parlamento. Ao enveredar por esse caminho, impedindo a votação dos pedidos de informação da oposição, a Bancada do PMDB e alguns aliados estão empurrando o Legislativo para uma viela torta e estreita, nada compatível com o perfil e a história da Casa. Ao agir assim, tentando apegar o Parlamento, o Governo é que acaba tornando-

se incrivelmente pequeno. Aliás, quando não radicaliza, impedindo a votação dos pedidos de informação (como passa a fazer, agora) o Governo adota subterfúgios para dificultar o acesso das informações à oposição.

A outra conseqüência dessa insensatez é um verdadeiro tiro no pé: não apenas a oposição, mas toda a sociedade fica no direito de supor que essa atitude não passaria de uma tentativa de blindar o Governo do senhor Luís Henrique da Silveira, de impedir que sejam revelados fatos comprometedores ou, quem sabe até, extremamente graves. Afinal, precedentes existem, basta ver as CPIs que o Governo impediu de prosperar nesta Casa. Todos têm, então, o direito de perguntar: do que o Governo tem medo? Afinal de contas, quem atua com lisura e não faz coisas inconfessáveis, não tem o que temer.

Deputado Joares Ponticelli (PP)

Acreditar na juventude é apostar no Brasil

Jamais o Brasil teve e dificilmente terá tantos jovens como tem hoje. São mais de 50,5 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, o que equivale a um quarto da população do país. Cerca de 8 milhões formam a juventude rural do país, porém, dados oficiais comprovam que os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e, entre eles, é cada vez mais crescente o número de moças. Isso resulta em problemas de sucessão das propriedades, maculinização do meio rural, entre outros. São novos conceitos, novos desafios que precisam ser enfrentados, tanto pelo governo federal, como pelo governo estadual e municipal.

Não há dúvida da importância do papel da juventude para o desenvolvimento da nação. Cumprindo o que prometeu, desde o primeiro ano, o governo Lula realiza uma série de ações para consoli-

dar uma política nacional para a juventude, que garanta direitos e crie oportunidades para todas as juventudes do nosso país.

A preocupação com a juventude é de fato um dos grandes desafios e um diferencial do atual governo. Os programas, projetos e ações desenvolvidos em diferentes ministérios estão proporcionando a inclusão social, econômica e cultural de milhares de jovens. Exemplo disso são os programas ProJovem, ProUni, Pronaf Jovem, entre outros.

Mas é preciso avançar mais. Precisamos responder as demandas imediatas e históricas dos nossos jovens, percebendo-os nas suas diferenças e diversidades. Portanto, garantir o acesso a políticas públicas e impulsionar a participação e o protagonismo é fundamental para afirmar a juventude brasileira como sujeito social e sujeito de direito.

Para isso é necessário que a política pública para a juventude não seja apenas uma desafio do atual governo. É necessário que ela o transcenda, avance para os demais poderes e territórios brasileiros e se transforme numa política de Estado.

Aos poderes executivos municipais, estaduais e federal cabe a implementação das políticas públicas da juventude. Ao poder legislativo, a elaboração e implementação do Plano Nacional e Estadual de Juventude, do Estatuto da Juventude e da PEC 138/03, que inclui na Constituição o termo “Juventude”. Só a articulação e o compromisso dos entes governamentais e a pressão e participação juvenil garantirão a superação dos problemas vividos pela juventude.

Deputado Dirceu Dresch (PT)

Exposições e lançamentos

Até o final do mês de maio, quem visita a Assembléia Legislativa pode ver documentos que relatam fatos do Brasil Império na Província de Santa Catarina. A exposição na Galeria de Arte Meyer Filho, organizada pela Coordenadoria de Documentação, comemora os 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil.

Os manuscritos apresentados ao público foram recuperados por servidores do Centro de Memória da Assembléia Legislativa e, segundo a coordenadora de Documentação, Tulia de Freitas Ribeiro, a intenção é dar “vida” aos documentos antigos preservados pelo Parlamento.

A Galeria também apresenta nesta semana exposição de trabalhos de artistas plásticos de Rio do Sul, selecionados pela Fundação Cultural do município. De acordo com a diretora do Departamento de Artes Visuais, Vanir Raizer, o objetivo é mostrar ao estado a criatividade dos

artistas rio-sulenses.

Os Sonhadores

O advogado e escritor Markian Getúlio Kalinoski, de Joaçaba, lançou no dia 16, no hall do legislativo, seu livro “Os Sonhadores”, em que recorda fatos do período da ditadura militar no Brasil. Anistiado político, Kalinoski conseguiu reunir uma série de depoimentos, entre ele o do ex-senador Nelson Wedekin, que assina o prefácio da obra.

Outro depoimento constante do livro é do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). O ex-governador Esperidião Amin (PP), o senador Paulo Paim (PT/RS), os deputados estaduais Professor Sérgio Grando (PPS), Jorginho Mello (PSDB) e Edison Andrino (PMDB), o prefeito de Florianópolis, Dário Berger (PMDB) e o jornalista e escritor Moacir Pereira falam da importância do trabalho de Kalinoski para as gerações atuais e futuras.

[AGENDA]

• **Dia 22, 9 horas:** Exposição “Um pintor e um escultor”, dos artistas plásticos Dilamar Santos e Henrique Klein
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

• **Dia 23, 18 horas:** Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia - Audiência pública “Medida Provisória nº 415/08 - Venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais e faixas contíguas”
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 23, 19 horas:** Programa Brasil em Debate - Luis Nassif
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• **Dia 23, 19 horas:** Sessão solene 25 anos do Instituto Larus (UFSC)
Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 24, 14 horas:** Comissão de Justiça - Audiência pública para tratar sobre conflitos de competência entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal de Florianópolis nas operações referentes ao trânsito, à prevenção e à repressão policial.
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Benjamim Fragoso Galotti, filho do homenageado, agradece em nome da família e, emocionado, fala do orgulho e da saudade que sente do pai

Sessão solene marca centenário de José do Patrocínio Gallotti

Parlamento presta homenagem *in memoriam* ao desembargador que se destacava na luta pelos direitos humanos

Rose Mary Paz Padilha

O Parlamento rendeu homenagens, *in memoriam*, dia 14, a José do Patrocínio Gallotti. Nascido em 14 de abril de 1908, Gallotti, advogado de formação, destacou-se como promotor público, auditor da Justiça Militar, juiz de Direito e desembargador, além de professor universitário. Ele morreu em 1985, aos 77 anos.

Na sessão solene conduzida pelo deputado Julio Garcia (DEM), presidente da Assembleia Legislativa, José do Patrocínio Gallotti foi lembrado com respeito e admiração por autoridades federais, estaduais e municipais, familiares e amigos que prestigiaram o evento. Entre eles, o deputado Professor Sérgio Grando, líder do PPS na Casa, autor da indicação para a solenidade.

O parlamentar destacou o trabalho empreendido por Gallotti na luta pelos direitos humanos. "Somos gratos a quem fez a história de maneira exemplar e é um orgulho homenageá-lo", disse. Em nome do Parlamento estadual, os deputados Professor Grando e Gelson Merísio, líder do Democratas na Assembleia Legislativa,

entregaram uma placa à filha do homenageado, Elisabeth Maria Gallotti, que representou seus familiares.

Orgulho

O desembargador Francisco de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, destacou que José do Patrocínio Gallotti prestou relevantes serviços à cátedra, à magistratura e à sociedade. "Foi um homem de bem, sensível com os problemas das pessoas", afirmou Oliveira, ao lembrar a solidariedade prestada pelo homenageado quando da morte do pai do presidente do TJ, de quem era amigo.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Benjamim Fragoso Gallotti, filho do homenageado, agradeceu em nome da família. Emocionado, falou do orgulho e da saudade do pai, a quem se referiu como um homem autêntico, correto, íntegro e solidário. "Ele tinha preocupação permanente com o próximo, em especial com os mais necessitados. Lutou para diminuir o quadro de desajuste social que continua permanente. Para ele, viver feliz era poder ter uma vida que vale a pena."

Uma trajetória de conquistas

José do Patrocínio Gallotti nasceu em Nova Trento. Em 1932 formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. De volta a Santa Catarina, foi nomeado promotor público e auditor de Justiça Militar.

Em 1933, foi empossado juiz em Campos Novos, depois em Canoinhas de 1936 a 1947, e em Florianópolis de 1947 a 1956. Na Capital, foi nomeado desembargador pelo governador Jorge Lacerda, função que exerceu até 1961. No início dos anos 50, começou a lecionar História do Pensamento Econômico, na Faculdade de Ciências Econômicas, e Teoria Geral do Estado na Faculdade de Direito.

Com a criação da UFSC, optou pelo curso de Economia.

Militou ativamente em diversos movimentos em defesa das causas que acreditava serem do interesse do povo brasileiro. A mais conhecida foi a campanha "O Petróleo é nosso", da qual foi um dos catarinenses que mais se dedicou à luta. Também teve papel importante fora do estado, contribuindo nas mobilizações do Sul e do Sudeste. A doutora Maria Augusta Tibiriçá Miranda, autora do livro "O Petróleo é Nosso - A luta contra o entreguismo, pelo monopólio estatal", 1983, cita frequentemente o professor Gallotti, dando a medida de sua participação.



Filha Elisabeth Maria Gallotti recebe placa em nome da família

"O petróleo é nosso"

"O Petróleo é nosso" (de 1947 a 1953), uma das mais polêmicas campanhas da história do Brasil, dividiu o país entre aqueles que achavam que o petróleo deveria ser explorado exclusivamente por uma empresa estatal brasileira e aqueles que defendiam a exploração por empresas privadas - estrangeiras ou nacionais. A divergência resultou em protestos, debates e manifestações por todo o país, tendo como liderança o Partido Comunista Brasileiro, mesmo na ilegalidade. Durante a campanha muitos brasileiros foram presos, torturados e mortos por defenderem os interesses nacionais. Depois de uma batalha parlamentar, foi criada a Petrobrás, sancionada por Getúlio Vargas (Lei 2.004), em 03 de outubro de 1953.

COMISSÕES

Florianópolis abre calendário de audiências públicas sobre Iprev

Servidores públicos contestam números apresentados pelo governo na defesa do projeto que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina



Público se manifesta na audiência que lotou o Auditório Antonieta de Barros, na Capital

Servidores temem prejuízos

Os servidores se manifestaram diversas vezes na primeira audiência, na Capital, especialmente nos pontos em que prevêm prejuízos. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário em Santa Catarina (Sinjusc), Volnei Rosalen, questionou o caráter que o governo está dando ao projeto, uma vez que, segundo ele, o Estado apresenta renúncia fiscal na ordem de R\$ 1 bilhão ao ano. "Isso traz à tona a natureza política e ideológica do projeto."

Rosalen alertou que a proposta não esclarece se a alíquota paga pelo servidor sofrerá aumento. Ele criticou também o repasse dos bens do Ipsc para o fundo previdenciário. "Isso retira patrimônio constituído pelos atuais servidores. E aqui está mais uma falha no texto, já que não consta a proibição da venda destes mesmos bens. Tememos o que pode acontecer por não haver nenhuma garantia escrita no projeto de que o fundo previdenciário é intocável quanto à retirada de recursos para outro uso que não seja o pagamento

de benefício", enumerou.

O presidente do Sintespe, Mario Antônio da Silva, criticou o fato de o funcionalismo público não ter sido chamado para discutir a medida. "Esse projeto nos atinge diretamente, mas as discussões sobre seu encaminhamento só passaram pela cúpula de cada poder", reclamou.

Balanco

Para os parlamentares, o debate sobre a proposta é positivo. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Romildo Titon (PMDB), destacou a importância das informações repassadas pelo presidente do Ipsc, Demetrius Ubiratan Hintz, sobre os números relacionados ao processo e à implicação legal da mudança do regime previdenciário.

A líder do PRB, deputada Odete de Jesus, defendeu uma discussão após as audiências públicas, no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho e Serviço Público, em busca de uma convergência nos interesses

dos servidores e governo.

Para o relator da matéria e líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), as audiências devem se guiar mais pelos questionamentos técnicos do que pelos discursos ideológicos. Ele define a reformulação do regime próprio de previdência como um projeto de Estado, do servidor e da sociedade. Nadal também se comprometeu em restabelecer qualquer item que retire direito dos servidores, mas garante que irá nortear seu relatório na Assembléia. A cartilha destaca que o projeto não retira nenhum direito dos segurados, não aumenta a contribuição e não modifica os benefícios previdenciários. A novidade está na instituição de conselhos, formados por servidores, e a adoção do sistema de capitalização, gerando uma poupança para o pagamento dos benefícios futuros.

O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, alertou para a questão patrimonial. Para ele, o patrimônio público tem que ser garantido pelo governo. "Há poucos anos, o atual governo vendeu prédios públicos que poderiam assegurar os recursos necessários para formar o fundo patrimonial do Iprev", afirmou. "Mas se o projeto do Iprev for bom para os servidores e para a sociedade, o que temos de fazer é aperfeiçoá-lo."



Cartilha explica a mudança

A polêmica em torno do Projeto de Lei Complementar n.º 50/07, que tramita na Assembléia Legislativa, motivou a criação de uma cartilha para esclarecer todas as dúvidas em relação à medida. A idéia do governo do Estado é elucidar o texto apresentado na Assembléia. A cartilha destaca que o projeto não retira nenhum direito dos segurados, não aumenta a contribuição e não modifica os benefícios previdenciários. A novidade está na instituição de conselhos, formados por servidores, e a adoção do sistema de capitalização, gerando uma poupança para o pagamento dos benefícios futuros.

Segundo o governo, as constantes mudanças no sistema previdenciário dos servidores públicos determinam fortes mecanismos de transparência, fiscalização e

de controle. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), proposto pelo PLC, está submetido à orientação e à fiscalização do Ministério da Previdência Social. Seus recursos só podem ser utilizados para o pagamento dos benefícios, sendo proibida a sua utilização para qualquer outro fim, conforme esclarece o texto da publicação. A reorganização do sistema atende exigências impostas pelas emendas constitucionais e legislações federais. O descumprimento implica no cancelamento ou no bloqueio do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). Isso, por sua vez, gera prejuízos financeiros e administrativos ao Estado. A cartilha, que foi distribuída em todas as audiências públicas, ainda traz esclarecimentos sobre como fica a aposentadoria de cada servidor.

Scheila Dziedzic

Florianópolis abriu, dia 14, o calendário de nove audiências públicas para discutir o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC). Com o auditório Antonieta de Barros lotado, a primeira audiência durou quase cinco horas evidenciando não só a complexidade do assunto, mas a dificuldade de entendimento entre os servidores públicos estaduais e o governo.

Proposto pelo Executivo no final do ano passado, o Projeto de Lei Complementar n.º 50/07 altera a denominação ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, que passa de Ipsc a Iprev, e cria novas regras para a aposentadoria dos futuros servidores. O projeto do Iprev, como ficou conhecido, foi contestado pelos representantes dos trabalhadores,

que temem perda de direitos.

Em nome dos servidores do Executivo, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual (Sintespe), Mario Antônio da Silva, criticou o que define como visão legalista de um estado mínimo e pediu o arquivamento do projeto. "O servidor tem um contrato permanente de trabalho com a garantia da previdência. Esta mudança mexerá com a estrutura de três poderes."

Apresentando uma série de dados, o secretário de Estado da Administração, Antônio Marco Gavazzoni, falou sobre a situação atual do regime previdenciário e do que é pretendido com a substituição do Ipsc. "Esta iniciativa é uma adequação necessária, não somente por imposição legal, mas para evitar situações de desequilíbrio financeiro que já estão sendo vividas por alguns estados brasileiros", defendeu.

Secretário defende PLC

O secretário da Administração explicou que a reestruturação da Previdência do Estado de Santa Catarina é imprescindível para que o Estado consiga o Certificado de Regularidade Previdenciária, exigência do governo federal para o repasse de verbas. Santa Catarina possui 124 mil servidores, dos quais 1/3 está na condição de inativo. Pela projeção do governo, a proporção deve subir para 2/3 em 10 anos.

Gavazzoni utilizou dados de 2007 para reforçar a relevância da mudança. No ano passado, as despesas previdenciárias foram de R\$ 1,5 bilhão. Deste montante, R\$ 173 milhões referem-se à contribuição dos servidores (11%), R\$ 346 milhões da cota patrimonial (22%) e a maior fatia, de R\$ 1,054 bilhão, foi assumido

pelo Estado como insuficiência financeira (67%). Segundo o secretário, mantido o regime atual o Estado terá que desembolsar anualmente cerca de R\$ 1 bilhão para cobrir o déficit, podendo chegar a R\$ 2 bilhões em um período de 10 anos. "O projeto que institui o Regime Próprio de Previdência dos Servidores objetiva a auto-sustentabilidade do sistema, a garantia do pagamento dos benefícios e a transparência e participação do segurado na gestão do Iprev", garantiu.

O presidente do Ipsc, Demetrius Ubiratan Hintz, argumentou que a previdência com regime próprio deve ter o equilíbrio financeiro e atuarial. Para se atender isso, os estados devem cumprir, obrigatoriamente, o ordenamento jurídico da esfera federal.

Próximas reuniões

28/04 – Criciúma (Igreja Matriz de São José), às 9 horas

28/04 – Lages (Parque Conta Dinheiro), às 19 horas

29/04 – Rio do Sul (Auditório da Unidavi), às 10 horas

29/04 – Blumenau (Câmara de Vereadores), às 19 horas

30/04 – Joinville (Sede da Amunes), às 14 horas

Ginásio lotado em São Miguel



Quase mil participantes foram acomodados no Ginásio de Esportes da Unoesc

Graziela May Pereira

O grande número de participantes, cerca de mil pessoas, fez com que a segunda audiência pública do Iprev, mudasse de local. O evento, no dia 15, que era para acontecer na Unoesc, em São Miguel do Oeste, foi deslocado para o Ginásio de Esportes da universidade.

Depois de acomodados, os servidores mostraram ter muitas dúvidas sobre o projeto. O governo reafirmou que a tramitação da matéria atende disposição de emenda constitucional aprovada no Congresso, que fixa o prazo de adequação do regime de contribuição dos servidores, sob pena de não renovação do registro

previdenciário do Estado junto à Previdência Social. Os servidores acreditam que terão seus direitos perdidos.

O secretário de Estado da Administração, Antônio Marco Gavazzoni, falou sobre o atual regime previdenciário. Segundo ele, o sistema atual não vai dar garantia aos novos servidores. "Esse projeto não foi criado pelo governo, mas por servidores públicos dos três Poderes. O novo sistema será muito mais viável", garantiu. Gavazzoni apresentou os números da audiência da Capital sobre as despesas previdenciárias. Demetrius Ubiratan Hintz, presidente do Ipsc, falou da importância do projeto. "Precisamos garantir um regime saudável e sustentável

para daqui a 35 anos", disse, defendendo os fundos Financeiro e Previdenciário.

Representando o Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Sindalesc), José Agrício da Silva afirmou ser contra os dois fundos. "A gente percebe que os direitos dos trabalhadores estão se perdendo no tempo. O papel aceita tudo." O presidente do Sintespe, Mario Antônio da Silva, voltou a criticar o fato de o funcionalismo não ter sido chamado para discutir a proposta. "Os servidores públicos são os protagonistas. Não podemos ficar fora da sua formação. Amanhã o governo vai embora e nós continuaremos com o prejuízo", falou Mario.

Chapecó pede arquivamento

O arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLC) n.º 50/07 continua sendo a principal reivindicação dos servidores públicos estaduais que participam das audiências sobre o Iprev. Em Chapecó, dia 16, não foi diferente. A terceira rodada lotou o Salão Paroquial da Igreja Matriz.

Conforme o presidente da Comissão de Justiça, deputado Romildo Titon (PMDB), a audiência tem objetivo de oportunizar a todos a discussão do projeto. "Estamos aqui para ouvir todas

as partes para, então, podermos decidir alguma coisa."

O deputado Gelson Merísio (DEM) afirmou que a votação do projeto não deve ser apressada. "Nosso compromisso é de não termos pressa na sua apreciação. Um mês a mais não vai fazer diferença. É importante, também, entender que esse projeto não é do governo e sim do Estado", disse.

O deputado Jean Khulman (DEM) defendeu como essencial a discussão do Iprev. "Estamos aqui

para colher sugestões e ouvir a opinião dos servidores, podendo, assim, acrescentar ao trabalho das comissões. Que possamos em conjunto oportunizar algo importante para as próximas gerações."

O secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, explicou o projeto em Chapecó. "A administração passará a ser feita por um Conselho de Administração, o que tem funcionado em outros estados e até aqui, em Chapecó."

Joaçaba fecha ciclo de reuniões no Oeste

A última audiência pública da região Oeste reuniu, dia 16, cerca de 150 pessoas em Joaçaba. O presidente da Comissão de Finanças de Tributação, Jorginho Melo (PSDB), abriu o encontro apostando no sucesso do debate. "Só assim conseguiremos retirar boas contribuições."

O secretário estadual de Administração, Antonio Gavazzoni, reafirmou que o PLC é seguro. "Não há ameaça de os pagamentos não serem feitos."

Em nome dos servidores do Executivo, o presidente do Sintespe, Mario Antonio da Silva, voltou a defender o arquivamento do PLC. "Não temos a

condição de fazer um debate desse tamanho em tão pouco tempo."

Conforme o relator do projeto, deputado Herneus de Nadal (PMDB), a missão é cuidar e tratar do futuro do servidor. "Percebi em todas as reuniões que o maior problema do projeto é a desinformação", avaliou.

INSTITUCIONAL

Paulo Konder Bornhausen recebe título de Cidadão Catarinense

Ex-deputado estadual que presidiu Assembléia em 1956 recebe homenagem do Parlamento

Andreza de Souza

O Parlamento catarinense realizou sessão solene dia 10 outorgando o título de Cidadão Catarinense a Paulo Konder Bornhausen. PKB, como é conhecido, nasceu no Rio de Janeiro, mas adotou Santa Catarina e aqui fez história. Ex-deputado estadual de 1955 a 1959, presidiu a Assembléia Legislativa em 1956, condição esta que lhe permitiu exercer o cargo de vice-governador do Estado. Bornhausen, que teve uma longa trajetória política no Estado, na homenagem foi citado como “figura emblemática”, “homem de bem” e “um caso raro de político”.

Um bom público prestigiou a sessão, requerida pelo deputado Darci de Matos (DEM), proposta pela mesa da Assembléia Legislativa e presidida pelo deputado Julio Garcia (DEM), entre parlamentares, autoridades, familiares e amigos. “Tenho a convicção que Paulo Bornhausen teve e tem uma vida voltada para os anseios da comunidade catarinense e

brasileira”, disse Matos, ressaltando a extensa folha de serviços prestados pelo ex-parlamentar.

Em nome da bancada Democrata, o deputado Cesar Souza Júnior observou o amor de PKB por Santa Catarina, o exemplo de homem e político, bem como o grande valor literário em suas obras, considerando-as fundamentais na formação de qualquer agente público. Cesar Júnior disse ainda que o homenageado é um “amante da boa conversa e da boa mesa”.

Sob os olhares atentos, Paulo Konder Bornhausen falou por mais de 30 minutos e, em suas palavras, ficou clara a satisfação da sua trajetória política, do seu amor pelo Estado e da gratidão pela homenagem recebida. “Este é um momento de extrema felicidade pessoal e de todos aqueles que me querem bem”, declarou. Segundo ele, foram 17 anos dedicados à vida pública que, com esforço, zelo e honestidade, quase sempre brindado com o sucesso, tendo também alguns “tropeços naturais da vida”. O ex-deputado



Emocionado com a homenagem, Paulo Konder Bornhausen ao lado do deputado Darci de Matos

falou dos problemas enfrentados pela a nação brasileira nas três esferas de governo, e fez ainda um paralelo entre a política do passado e do presente. “No tempo em que eu fiz política, lealdade e integridade eram moeda corrente”.

Obras do homenageado

- Pesquisas e Arquivos Políticos do PKB
- Retrato Político de uma Época: 1947 – 1960
- Retrato Político de uma Época II: 1960 – 1982



Líder do DEM, deputado Gerson Merísio, que se formou no colégio, resgata experiência que teve na instituição

Instituição cultiva ensinamentos religiosos

Gelson Merísio, líder do DEM, autor da sessão, disse que cada um que passa pela escola leva para sua vida não apenas o ensinamento didático, mas fundamentalmente o espírito do que é servir à sociedade. “A questão religiosa traz para o centro tudo o que é importante. Parabéns a todos os lassalistas. Tenho muito orgulho de dizer que estudei lá e de fazer parte desta família”, finalizou.

O prefeito Avelino Menegolla

(DEM) acredita que a instituição contribuiu muito para o desenvolvimento do município e da região. O carinho que as pessoas têm pelo colégio também foi citado por ele. “O La Salle tem dado muitos frutos, preparando as pessoas”, concluiu.

Representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o secretário de Desenvolvimento Regional de Xanxerê, Julio Bodanese (PMDB), também foi aluno do colégio. Ele manifestou alegria ao

saudar os 50 anos da instituição. “Os mestres que passaram por lá são mais que educadores ou formadores. Devo aos professores, irmãos e colegas muito mais que isso, devo meu caráter, minha personalidade e hoje posso representar o governador”, comentou. Os convidados foram recepcionados pelo cerimonial da Assembléia, pela rainha da Femi, Bruna Roniza Mussio, e pelas princesas, Karine Debortoli e Janaína Klein Stein.

Sessão solene destaca 50 anos do Colégio La Salle

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa realizou sessão solene, dia 10, em homenagem ao Colégio La Salle pelos seus 50 anos de fundação. A solenidade foi realizada no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, em Xanxerê, região Oeste, durante a Festa Estadual do Milho (ExpoFemi). Há mais de 300 anos a marca La Salle atua em todo o mundo. Só no Brasil são 90 anos dedicados à educação de crianças e adolescentes.

O colégio herdou o nome de São João Batista de La Salle, sacerdote, pedagogo e santo. Viveu na França entre 1651 a 1719, onde preparou professores para ensinar e educar e fundou o Instituto dos Irmãos Lassalistas. Eles chegaram ao Brasil em Porto Alegre, em 1907, e em Xanxerê e São Miguel do Oeste, em 1958. Os primeiros irmãos a atuar na cidade catarinense foram Inocêncio Athanásio, Alberto Elias e Artur Marcos.

As aulas tiveram início no dia 3

de março de 1958 num casarão de madeira, ao lado da Igreja Matriz, onde fica o Centro Comunitário. Estavam matriculados 94 alunos, só meninos, em regime de internato. Em 1964 mudaram-se para um novo prédio.

O diretor do colégio, irmão Adão Urbano Bergmann, contou que La Salle iniciou a pedagogia moderna ao substituir o latim, dividiu os alunos em classes, levou-os a participar da educação e fundou um seminário para mestres.

O Colégio La Salle foi fundado quatro anos depois da emancipação do município de Xanxerê e já formou muitos representantes políticos, entre eles os deputados Gelson Merísio (DEM) e Valdir Colatto (PMDB/SC). “Uma vez lassalista, sempre lassalista. Quero agradecer a todos os professores, os que já foram e principalmente aos irmãos que passaram pela direção de nossa instituição. O apoio que cada um de nós recebeu fez a grandeza do La Salle”, relatou Adão Bergmann.

INSTITUCIONAL

Capivari de Baixo sedia nova etapa do Ciclo de Debates sobre Eleições 2008

Encontros esclarecem dúvidas de dirigentes partidários, pré-candidatos e comunidade sobre regras deste ano



Fotos: Miriam Zomer

Cerca de 120 pessoas participaram da reunião no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica

Tatiani Magalhães

Para esclarecer as regras e as normas que vão reger as eleições deste ano, foi promovido, dia 11, em Capivari de Baixo, Sul catarinense, nova etapa do Ciclo de Debates sobre as Eleições Municipais, que vai percorrer nove municípios até o dia 27 de junho.

Promovido pela Assembléia Legislativa por intermédio da Escola do Legislativo, o evento tem objetivo de tirar dúvidas de dirigentes partidários, pré-candidatos e comunidade. É realizado em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC) e com o Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC).

Aproximadamente 120 pes-

soas participaram do encontro, entre elas o prefeito de Capivari de Baixo, Moacir Rebelo da Silva, o vice-prefeito, Araildo Domingos Liberato Machado, o presidente da Câmara de Vereadores da cidade, Nilton de Melo Fernandes, entre outras autoridades. O encontro foi realizado no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina (Sintresc).

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), abriu o encontro, que se estendeu por todo o dia com a análise da Lei Eleitoral. Foram ministradas quatro palestras. Para Ponticelli, a prática de trabalhos como o ciclo de debates é importante para a preparação dos candidatos. "É fundamental conhecer

profundamente as regras previstas para as eleições, uma vez que as mesmas passam por mudanças. Se houver um domínio das regras por parte dos candidatos, as eleições correrão com mais transparência e tranqüilidade", lembrou.

Já o prefeito Moacir Rebelo acredita que as informações obtidas no encontro podem ser usadas como ferramenta de trabalho nas eleições. "A idéia é promover o conhecimento necessário para a sociedade catarinense. E este objetivo foi atingido plenamente", mencionou. Na ocasião, Nilton Melo ressaltou que o ciclo traz para as eleições credibilidade maior. "Com as dúvidas esclarecidas e a oportunidade de orientação à sociedade são reduzidos os riscos de infrações", acredita.

TRE destaca prazos

A assessora da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC), Renata Favere, destacou as regras eleitorais de 2008. "São muitos os candidatos que apresentam dificuldades e acabam, até inocentemente, por falta de conhecimento, cometendo infrações", ressaltou.

Na palestra, ela lembrou que datas e prazos exigidos pela Justiça Eleitoral devem ser rigorosamente cumpridos. "Por exemplo, o eleitor que mudou de cidade tem até o dia 7 de maio para solicitar a transferência do seu título. Os candidatos devem ficar atentos aos prazos em especial os direcionados ao registro de candidaturas e à propaganda eleitoral", acrescentou.

Ela encerrou a sua participação orientando para que todos acessem o site do TRE (www.tre-sc.gov.br) para conferir a legislação atualizada para as eleições de 2008.

Graduado em Ciências Contábeis e especialista em finanças, Elton Carioni Carsten explicou como deve ser feita a prestação de contas de campanha. De acordo com Carsten, que trabalha na coordenação de controle interno do TRE, setor responsável pela prestação de contas dos partidos políticos, "essa é uma questão que requer cautela e conhecimento, pois o candidato

pode ter a candidatura cassada caso abuse dos gastos previstos até o fim de sua campanha".

Carsten relembrou que "se existem regras estipuladas com relação aos gastos de campanha, tanto para os candidatos quanto para os partidos, as mesmas devem ser cumpridas". Ele recomendou que os envolvidos nas eleições busquem orientação sobre os valores a serem gastos durante a campanha, e em que situação é necessária a abertura de uma conta bancária para as eleições.

Para encerrar as palestras e contribuir com o debate, o consultor geral do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), Marcelo Brognali Costa, abordou o tema "Término de Exercício", possibilidades e restrições no último ano de mandato.

Agenda

16 de maio: Barra Velha
30 de maio: Canoinhas
06 de junho: Concórdia
09 de junho: Sombrio
13 de junho: Florianópolis
20 de junho: São Lourenço do Oeste
27 de junho: Blumenau

FCEE alerta para direitos dos deficientes

Entre os assuntos de importância no período eleitoral, o Ciclo de Debates aborda a Acessibilidade, Inclusão e Cidadania, Regras para Eleições 2008, Prestação de Contas de Campanhas e Término de Exercício Eletivo.

A representante da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), Ana Maria Philippi, falou, em Capivari de Baixo, sobre a importância da acessibilidade, inclusão e cidadania.

Com 25 anos de experiência

e atuando diretamente com crianças, adolescentes e adultos na área de recursos adaptados, Ana revelou que "falta divulgação sobre a legislação que assegura os direitos dos deficientes".

Para ela, é preciso que as pessoas tomem conhecimento sobre as necessidades apresentadas por essa classe, uma vez que depende da sociedade fazer as reivindicações aos legisladores. "É preciso que haja igualdade", frisou.

Segundo sua avaliação, é

preciso fazer um levantamento para definir o número de deficientes que vão às urnas e qual o suporte necessário para cada tipo de deficiência.

"Muitos profissionais das escolas especiais podem ajudar os municípios a projetar o apoio necessário para os deficientes. Precisamos corrigir esse problema, pois a falta de acessibilidade é o primeiro passo para o preconceito", argumentou a representante da FCEE.



Presidente da Escola do Legislativo, Joares Ponticelli, em Capivari

COMUNIDADE

Beleza e voluntariado caminham juntos

Eduardo Guedes de Oliveira



Na visita das esteticistas à Seove, em Florianópolis, foram atendidas as idosas internas e funcionárias da entidade

Esteticista atua há 16 anos junto a comunidades carentes fazendo do seu trabalho instrumento para melhorar auto-estima

Verlaine Silveira

Solidariedade é a sua palavra de ordem e o amor ao próximo, o lema. Assim é Dila Peretti, esteticista que faz do voluntariado um modo de vida que já contagiou suas próprias alunas.

Quando entrou no ramo da beleza e aprendeu a cortar cabelo, ela tinha apenas 16 anos. Hoje, com 48, Dila tem também 16 anos de voluntariado junto a comunidades de baixa renda, escolas, instituições como asilos e creches. É nesses locais que ela leva beleza, otimismo e carinho ao próximo.

“Foi um trabalho que começou pequeno e hoje tem a participação de um grupo grande de pessoas,

especialmente aquelas que se formam nos nossos cursos de cabeleireiro”, conta Dila. Com seu carisma, que não é pouco, cumpre a sua missão – como ela mesma denomina – em toda última quarta-feira de cada mês. Em março, a visita foi à Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (Seove), localizada no Campeche, e que abriga crianças e idosos.

Em todo esse tempo de atuação, centenas de pessoas já receberam o carinho e a arte das mãos de Dila. “Cabelos bonitos, unhas feitas e maquiagem fazem bem a todos”, comenta a voluntária. Para ela, “este é um dom que Deus me deu e eu aproveito ao máximo para tornar mais feliz a vida de outros”.

Terceira Idade recebe atenção estética

Na última quarta-feira do mês de março, Dila e seus parceiros fizeram um dia de voluntariado no Lar de Jesus, mantido pela Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna (Seove), no bairro Campeche, em Florianópolis. “É uma das

melhores coisas que já fiz na vida”, afirma Dila. A esteticista comenta que só essa pequena atenção que deu às idosas foi suficiente para alguma coisa mudar em suas fisionomias. “Elas ficam animadas, alegres, felizes, fazendo as unhas,

os cabelos e maquiagem. Mas não é só isso. Damos carinho também. A maioria fica lá e nem a família vai visitar. Isso é desumano. Então, nós também levamos a elas pelo menos um pouco da atenção que necessitam”, pensa Dila.

Conhecimento que vai adiante

Além de trabalhar no salão de beleza que mantém no bairro Coqueiros, Dila também passa adiante o conhecimento e a prática adquiridos em 31 anos de profissão. Para ela, trabalhar com beleza é um dom, e por isso considera que é preciso se doar um pouco. “Tudo que se aprende acho que é possível passar para outros, multiplicando esse

conhecimento. Gosto de passar adiante, pois guardar só para nós é ser egoísta”, filosofa.

Pensando nisso, ela usou um pouco do tempo de que dispõe para dar aulas de beleza e ensinar a arte de cortar cabelos. Incentivados, os alunos começaram a participar das ações voluntárias, acompanhando Dila em suas visitas.

O grupo já esteve em promoções em Florianópolis, em conjunto com a Prefeitura da Capital, cortando gratuitamente o cabelo de centenas de pessoas. O mesmo aconteceu em São José, em dezembro de 2007, quando 20 cabeleireiros fizeram um dia de ações e cortaram e embelezaram o cabelo de 283 pessoas de todas as idades.

Saiba mais da entidade

Fundada em 1972, a Seove é uma entidade filantrópica com 30 funcionários, atende 25 idosas carentes que moram na instituição e mantém uma creche para 80 crianças da comunidade, cujas mães trabalham em regime integral.

Além do trabalho realizado por 189 voluntários, a casa é mantida com doações, con-

vênios com o poder público e campanhas que realiza. A finalidade do trabalho que executa é assegurar os direitos de cidadão aos idosos, por intermédio da confecção de documentos de identidade, benefícios sociais, aposentadoria, recreação, fisioterapia, alternativas de ocupação e integração social como dança e música.

Serviço

Para receber Dila e seu grupo de voluntárias, qualquer comunidade ou instituição pode solicitar uma visita pelos telefones (48) 3249-7715 ou 3028-8805.



Foto Divulgação

Equipe comandada por Dila (de preto), que visita instituições como asilos, escolas, creches, levando não apenas melhor estética, como também carinho e solidariedade